



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 564/11

Inserir o parágrafo único ao art. 1º, da Lei Estadual nº 16.496, de 12 de maio de 2010.

Art. 1º O art. 1º, da Lei 16.496, de 12 de maio de 2010, passa a vigorar com o parágrafo único, que contará com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

Parágrafo único: apesar de acomodados no mesmo ambiente, os produtos *light* e *diet* devem ser dispostos de forma totalmente separada, com indicação clara e destacada de cada tipo de produto

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 744/11


Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Dia Estadual Contra Corrupção e Impunidade", a ser comemorado anualmente na data de 07 de setembro.

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Dia Estadual Contra Corrupção e Impunidade", a ser comemorado anualmente na data de 07 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR

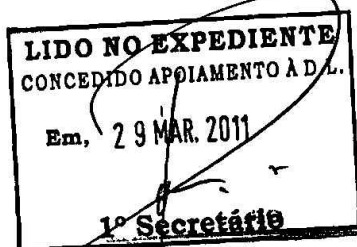


DEP. DR. BATISTA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. 1
Fla. 01

Projeto de Lei nº 248/11



Determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON, nos locais que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor, nos seguintes locais:

- I - portos e aeroportos;
- II - shopping center;
- III - centros e empreendimentos comerciais que possuam acima de 65 (sessenta e cinco) lojas;
- IV - supermercados de grande porte, assim definidos aqueles que tenham mais do que 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída.

§1º - O espaço para instalação do posto fixo de atendimento do PROCON poderá ser oferecido através de quiosque, desde que haja condições adequadas para atendimento ao público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

§2º - A disponibilização deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta lei, sob pena de multa prevista no artigo 3º.

Art. 2º Os postos de atendimento ao consumidor atenderão apenas os conflitos e questionamentos oriundos de relações de consumo ocorridas no local onde estiverem instalados, condição que deverá ser comprovada pelo consumidor com a apresentação da nota fiscal ou documento semelhante que ateste a compra de bens ou contratação de serviço.

Art. 3º Na hipótese de descumprimento do disposto nesta lei, ficará o proprietário ou empreendedor do local sujeito à multa de 100 (cem) a 500 (quinhentas) UFIR, graduada de acordo com a capacidade econômica do infrator e dobrada em caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, cabendo-lhe a disciplina das regras de implantação e as dimensões do espaço destinadas aos postos de atendimento, de acordo com a demanda específica de cada local.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.


DR BATISTA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

O legislador pátrio, sabedor da vulnerabilidade do consumidor perante os estabelecimentos comerciais, inseriu, no texto constitucional, entre as garantias e direitos fundamentais, a obrigatoriedade do Estado em promover a defesa do consumidor (Art. 5º, XXXII, CF).

Os Estados, União e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre “produção e consumo”, visando, inclusive, à proteção ao consumidor.

As ações voltadas à defesa do consumidor tem como objeto o desequilíbrio existente nas relações contratuais entre este e o fornecedor, na maioria das vezes uma relação entre partes economicamente desiguais, fato este que exige a interferência estatal.

Em nossa sociedade atual, ávida por consumo, os shoppings, centros comerciais e supermercados são assiduamente freqüentados. Assim, disponibilizar fácil acesso aos órgãos de defesa do consumidor nada mais é do que uma obrigação constitucionalmente garantida. Muitos consumidores lesados deixam de exercer o seu direito pela dificuldade de deslocamento até um posto de atendimento. Quando o fazem acabam faltando ao emprego. Por vezes são pessoas idosas que não tem condições de saúde e acessibilidade aos centros de reclamação. É comum o consumidor dizer: “não vou atrás dos meus direitos porque não vale a pena”.

Disponibilizar postos de atendimento do PROCON nesses locais seria uma forma de diminuir o tempo levado para solucionar, na maioria das vezes, conflitos que poderiam terminar com uma simples orientação.

Certamente os maus comerciantes e prestadores de serviço, que muitas das vezes contam com a ineficiência estatal e falta de disposição do consumidor, se valem disto para continuar a lesar o consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 04

Em muitos casos, o consumidor se dirige ao escritório do órgão de defesa do consumidor, enfrenta fila para agendar uma consulta, que pode levar meses, e retorna depois de um longo período, abarrotando os atendimentos, muitas vezes, com pequenos problemas, facilmente solucionáveis se tivessem sido corretamente direcionados.

O consumidor paranaense será o maior beneficiário dessa medida, pois, inevitavelmente, estaremos desafogando os juizados especiais, utilizados como primeira e única válvula de escape para a solução de conflitos oriundos das relações consumistas (hoje em dia os juizados ainda são acionados, no entanto apenas quando esgotadas as tratativas de acordo nos órgãos de atendimento específicos).

Essa facilidade terá como objetivo fundamental a educação e a harmonia entre fornecedores e consumidores, tornando-os melhor amparados quanto aos seus direitos e deveres (art. 4º, IV, do Código de Defesa do Consumidor).

Desta forma, em razão dos motivos aqui elencados e com escopo na legislação constitucional e infraconstitucional vigente, proponho este projeto, esperando contar com o apoio de meus nobres Pares.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

Projeto de Lei nº 248/11
Autor: Deputado Dr. Batista

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por finalidade tornar obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – nos portos, aeroportos, shopping center, centro e empreendimentos comerciais que possuam acima de sessenta e cinco lojas e supermercados de grande porte, definidos como aqueles que tenham mais de de mil metros quadrados de área construída.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Conforme previsto no Regimento Interno desta Casa de Leis, o nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de Lei.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

15

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação;

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela Aprovação do presente Projeto de LEI, em virtude de sua Constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observa-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, a Constituição Federal, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da produção e consumo, senão vejamos:

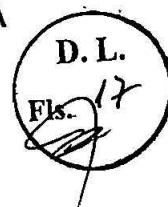
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 248/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

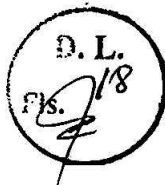
Cumpra esclarecer que, conforme autoriza o artigo 42, parágrafo único c/c o parágrafo 3º, do artigo 45 e parágrafo 1º, do artigo 41, todos do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Presidente da Comissão, Deputado Leonaldo Paranhos, avocou a relatoria deste parecer e transferiu ao vice-presidente, Deputado Adelino Ribeiro, a presidência da sessão.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Dr. Batista a obrigatoriedade legal da "disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON, nos locais que especifica e dá outras providências".

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que a existência de atendimento ao consumidor diretamente nos locais de concentração de consumo não apenas melhoraria a relação com os fornecedores mas, também, auxiliaria na redução do tempo e do custo do atendimento junto ao PROCON.



Aliás, esta Comissão tem envidados esforços no sentido de garantir os recursos necessários à defesa do consumidor e ao bom funcionamento do PROCON, notadamente no que se refere à destinação dos recursos do FECON – Fundo Estadual de Defesa do Consumidor que, até então eram recolhidos ao caixa do Estado do Paraná e agora estarão à disposição das entidades de defesa do consumidor para seu aparelhamento e suprimento de despesas correntes.

Ainda, estamos diligenciando junto à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, a fim de que mais recursos sejam alocados ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e, conseqüentemente, aos órgãos de defesa do consumidor.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 248/2011 .

Sala de Reuniões, 09/11 de 2011.



Deputado Adelinô Ribeiro
Presidente



Deputado Leonado Paranhos
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

PROJETO DE LEI Nº 248/11

AUTOR: DEPUTADO DR. BATISTA

SÚMULA

DETERMINA A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO DO PROCON, NOS LOCAIS QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSTIFICATIVA

Como nossa cultura atual é cada vez maior o crescimento do consumo em nossa sociedade, nos shopping, centros comerciais e supermercados. Muitos consumidores lesados deixam de exercer seus direitos por não existir no momento da compra acessibilidade aos centros de reclamação.

Por entender que com a presença de postos de atendimento do PROCON nestes locais, resultaria numa forma incentivadora e ativa de fazer com que o consumidor exerça seus direitos.

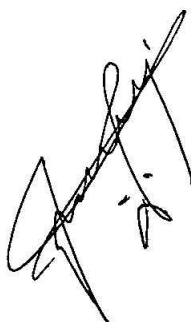
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente Projeto de Lei.

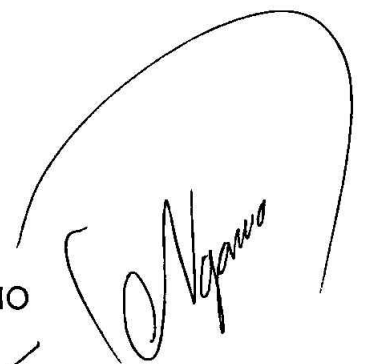

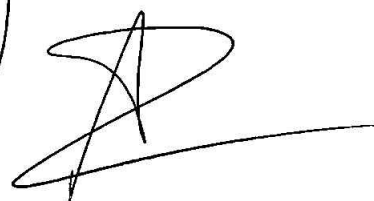
Sala de Reuniões, 07 de novembro de 2011


DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA
DE
PLENÁRIO

EMENDA SUPERESSIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 248/2011

01

em 07/02/12

Conforme prevê o art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda supressiva e modificativa ao Projeto de Lei 248/11, de autoria do Ilustre Deputado Dr. Batista:

D. L.
Fls. 25

Art. 1º. Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei 248/2011.

Art. 2º. Fica alterado o art. 4º do Projeto de Lei 248/2011, o qual passará a contar com a seguinte redação:

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, cabendo-lhe a disciplina das regras de implantação e as dimensões do espaço destinadas aos postos de atendimento, de acordo com a demanda específica de cada local, bem como a previsão de penalidades aos proprietários ou empreendedores dos estabelecimentos que descumprirem as determinações desta Lei.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

14:59 07/02/2012 0000298 DO REGISTRO DE LEIS DO PARANÁ

Justificativa

A emenda visa alterar a redação do projeto, sem descaracterizar a sua essência, mas tão somente fazer correções.

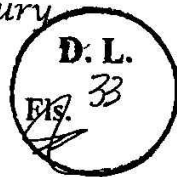
Não é de boa técnica legislativa elencar penalidades àqueles que descumprirem o disposto na Lei e não mencionar qual órgão governamental que procederá a fiscalização, bem como aplicará a multa, no caso de descumprimento.

Mesmo que elencasse o órgão, seria, neste caso, inconstitucional, visto que é de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, conforme leciona o art. 66, IV, da Constituição Estadual.

Dessa forma, a emenda delega ao Poder Executivo a previsão das penalidades, a qual deverá ser realizada no momento da regulamentação da norma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 248/11

Projeto de Lei nº 248/11
Autor: Deputado Ademar Traiano

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem como objetivo determinar a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento ao PROCON, nos locais que especifica, e dá outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Evandro Junior.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva e Modificativa de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores,
por qualquer membro da Comissão ou ainda
por qualquer Deputado, conforme o disposto
no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que não foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a referida emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

...

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO da referida Emenda Substitutiva e Modificativa proposta
pelo Deputado Ademar Traiano, por estarem presentes todos os
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2011.


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
RELATOR



DEP. ROSE LITRO
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI No. 411/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 MAIO 2011

Pravh
1º Secretário

DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO, VIA COBRANÇA NA FATURA DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS, POR DESPESAS DECORRENTES DO ACIONAMENTO INDEVIDO DOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS ENVOLVENDO REMOÇÕES OU RESGATES, COMBATE A INCÊNDIOS OU OCORRÊNCIAS POLICIAIS (TROTE TELEFÔNICO).

Art. 1º O responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais deverá ressarcir aos cofres públicos, mediante cobrança na fatura de serviços telefônicos da linha utilizada para a chamada, as eventuais despesas relacionadas ao atendimento.

§1º Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável.

§2º É garantida a ampla defesa ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os órgãos e instituições públicos, responsáveis pela prestação dos serviços de emergência aqui tratados, deverão divulgar tabelas de custos, abrangendo, separadamente, cada etapa das rotinas relacionadas ao atendimento das emergências, desde os custos de atendimento e triagem das chamadas até os custos dos deslocamentos das equipes, bem como adotar as medidas administrativas e operacionais, junto às operadoras dos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

serviços de telefonia, necessárias à identificação dos responsáveis pelos acionamentos e à posterior cobrança, nas faturas de serviços de linhas fixas e móveis, dos valores correspondentes aos ressarcimentos de despesas de que trata esta Lei.

Art. 3º Os ressarcimentos objeto dos Art. 1º "caput" e Art. 2º terão, como objeto único, a cobertura das despesas com acionamentos indevidos, tendo em vista a manutenção da capacidade de pronta-resposta dos serviços disponibilizados à população, devendo os recursos arrecadados serem repassados pelas operadoras à Secretaria de Estado de Fazenda, ou conforme sua orientação, com destinação vinculada aos serviços de emergência envolvidos, ou, preferencialmente às instituições assistenciais do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

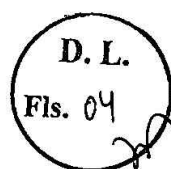
Sala de sessões, em 16 de maio de 2011.


ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Os trotes recebidos pelas centrais de serviços de atendimento de urgência e emergência são os mais variados possíveis. Vão desde crianças fazendo ligações por pura brincadeira a simulações de ocorrências com grande realismo que, por vezes, chegam a provocar mobilização efetiva de pessoal e viaturas sem propósito algum.

A ligação para os serviços de emergência é gratuita para o cidadão, já que é o estado quem paga a tarifa. Entretanto, mesmo sem sentir no bolso, toda a população paga o custo dos trotes, já que o dinheiro desperdiçado poderia ser investido em equipamentos e pessoal da própria PM, do Corpo de Bombeiros, do SIAT. Isso sem contar o que é gasto com a mobilização de equipes, combustível, entre outras despesas.

Isso sem contar com o tempo perdido em um atendimento inexistente em que muitas vezes se deixa de atender uma ocorrência real.

Para coibir esses abusos praticados contra o poder público, de acordo com o projeto de lei, o responsável pelo acionamento dos serviços de emergência deverá ressarcir aos cofres públicos, através da conta telefônica, as eventuais despesas relacionadas ao atendimento.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 411/2011.

Projeto de Lei nº. 411/2011

Autor: Deputada Rose Litro.

EM ANEXO

Projeto de Lei nº. 537/2011.

Autor: Deputado Leonaldo Paranhos.

SÚMULA: Dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

EMENTA: RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA CONTA DE TELEFONE REFERENTE A ACIONAMENTO INDEVIDO (TROTE) PARA SETORES DE EMERGÊNCIA DE REMOÇÃO OU RESGATE, COMBATE A INCÊNDIO OU OCORRÊNCIA POLICIAL. POSSIBILIDADE. ART. 63 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

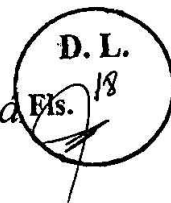
PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rose Litro, tem por intuito penalizar aquelas pessoas que passam trotes telefônicos para setores de emergências envolvendo remoção ou resgate,

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



combate a incêndio ou ocorrência policial, realizando a cobrança de uma multa na conta telefônica.

Encontra-se acostado o Projeto de Lei n. 537/2011, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, o qual foi protocolado posterior ao presente, sendo que abarca total similitude a matéria em análise.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

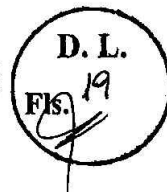
Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme o artigo 63, inciso III da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, a qual dispõe sobre a elaboração de leis ordinárias, da qual se trata a proposição em tela, senão vejamos:

Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a competência dos Deputados, quando a matéria não for de exclusividade do Governador do Estado, a qual abarca a matéria objeto da análise, senão vejamos:

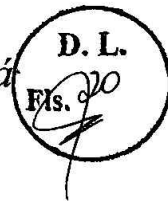
Art. 124º. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(Grifos Nossos).

Continuando, sobre a elaboração das leis, temos no artigo 65 da Constituição Estadual o que segue:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

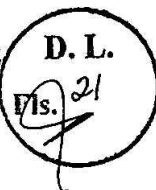
No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, pois não acarretará aumento de despesa para o Poder Executivo.

No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

Por fim, vemos através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei.



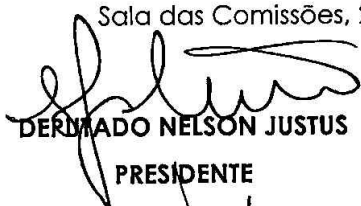
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




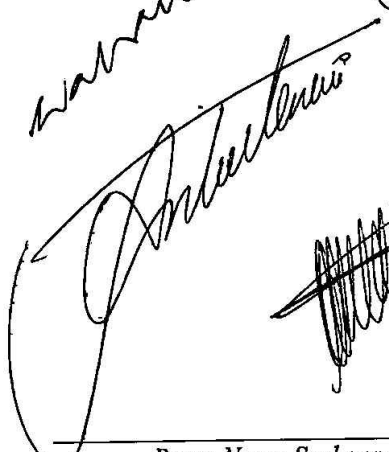

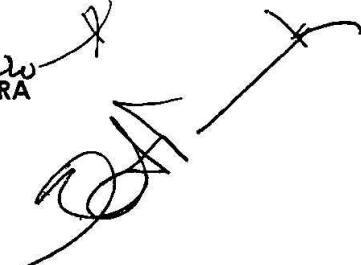
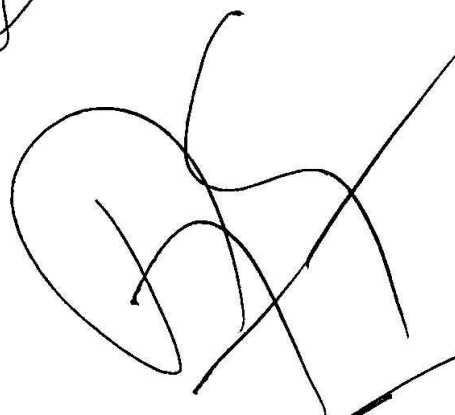
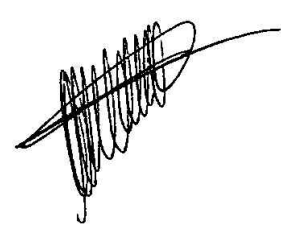
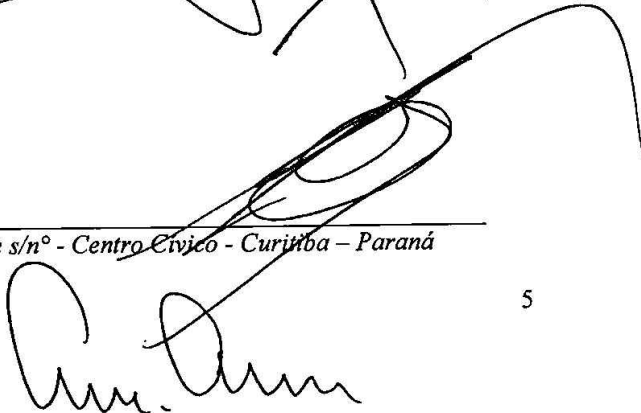
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 23 DE AGOSTO de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

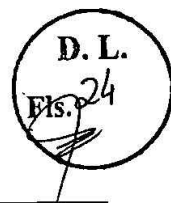

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 411/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Nobre Deputada Rose "Litro", Dispõe sobre ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes de acionamento indevido dos serviços de emergência.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, em nada podemos oferecer óbice, pois se trata de interesse publico, e visa combater um problema que traz ônus ao poder publico, desperdício de tempo e dinheiro, mobilizando equipes para ocorrências inexistentes, ainda a proposição da Nobre Deputada Rose "Litro" obteve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes á ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

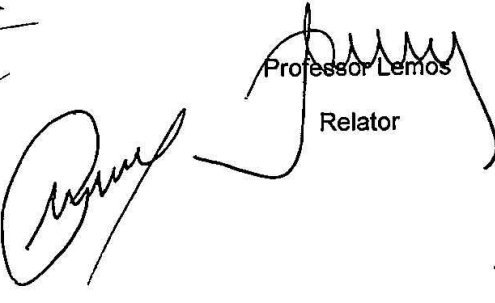
CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 13 de Setembro de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Professor Lemos
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECE AO PROJETO de lei nº 411/11 e 537/11.

Projetos de Lei nº 411 /11 e nº 537/11

Autores: Deputada Rose Litro e Deputado Paranhos

Súmula: O presente Projetos de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Litro e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trôte telefônico).

EMENTA: O presente Projetos de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Litro e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trôte telefônico).

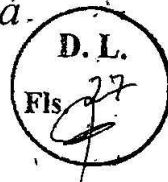
IMPOSSIBILIDADE. ARTS. 7º, 65 E 87 CE. ART. 2º CF. ART. 12 LEI FEDERAL 8112/90. ART. 27 LEI ESTADUAL 6174/70. TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. ART. 7º LC 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Indústria e Comércio



PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Litro e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

FUNDAMENTAÇÃO

Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento – "O frequente acionamento indevido desses recursos, com finalidade irresponsável, provoca o deslocamento desnecessários de recursos humanos e materiais – bem como exige determinado esforço de trabalho e tempo nos processos de triagem – que poderia significar a diferença entre a vida e a morte em face de situações reais que, eventualmente, venham a surgir."

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação aos projetos, através desta relatoria, verifica-se, que não há nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Ademais, a Constituição Estadual em seu artigo 65 asseverá que a iniciativa de leis ordinárias cabe, dentre outros, a qualquer membro ou comissão desta Casa de Leis:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

Deputado André Bueno

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATOR: TONINHO WANDCHEER

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Klaise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer aos Projetos de Lei n. 411/2011 e 537/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

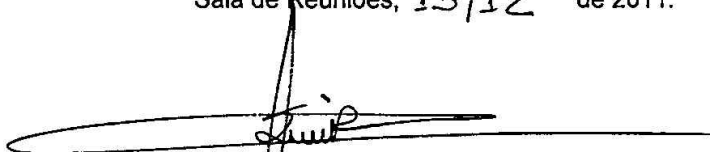
Neste sentido, propõe os Deputados Rose Litro e Paranhos, a obrigatoriedade legal do ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de telefone, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços de atendimento à emergências.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelos Deputados proponentes de que tal medida visa a inibir os denominados "trotes" que são realizados contra os serviços de atendimento de emergência, altamente prejudiciais ao erário público.

De outro lado, os parâmetros utilizados para o ressarcimento se encontram nos limites da legislação consumerista, havendo total compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente.

Assim, é o parecer favorável ao prosseguimento da tramitação dos Projetos de Lei 411/2011 e 537/2011.

Sala de Reuniões, 15/12 de 2011.



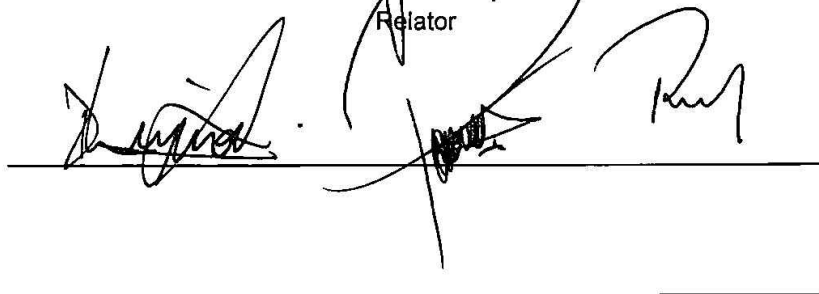
Deputado Adelino Ribeiro

Presidente



Deputado Nereu Moura

Relator





SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI 411/11

SÚMULA: Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trope telefônico).

Art. 1º - Fica instituída a aplicação de multa ao proprietário de linha telefônica responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres.

Parágrafo único. Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável.

Art. 2º Os órgãos e instituições públicas, responsáveis pela prestação dos serviços de emergência aqui tratados, deverão anotar o número telefônico de onde se originou o trope e enviar ofício às empresas prestadoras de serviços telefônicos para que estas informem os dados do proprietário.

§ 1º - As empresas prestadoras de serviços telefônicos terão o prazo de 30 (trinta) dias para fornecerem as informações, sob pena de multa de 20 UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Paraná), duplicando-se tal valor em caso de reincidência.

§ 2º - As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em relatório separado para futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação pelo órgão competente, podendo ser adotadas medidas preventivas.

§ 3º - Havendo possibilidade da identificação do autor do acionamento indevido por telefones públicos, este será responsabilizado e deverá ser penalizado na forma desta Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 3º Identificados os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido, na forma prevista no artigo anterior, serão enviados os relatórios ao órgão estadual competente que adotará as medidas cabíveis, inclusive a lavratura do Auto de Infração e o envio da multa ao endereço do infrator.

Parágrafo único. Após o recebimento do Auto de Infração, os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa por escrito junto ao órgão competente que poderá acatar o pedido, cancelando a aplicação da multa.

Art. 4º A multa a que se refere o Art. 1º desta Lei será de 02 (duas) UPE/PR (Unidades Padrão Fiscal do Paraná) e cobrada em dobro no caso de reincidência.

Art. 5º Não havendo o pagamento da multa pela via administrativa, o Estado poderá realizar a cobrança pela via judicial.

Art. 6º Todo o valor arrecadado com as multas estabelecidas nesta Lei será repassado ao FUNESP/PR (Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná).

Art. 7º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 08 de fevereiro de 2012.

Deputado Ademar Tralano
Líder do Governo

Adelino

Rosário Litro

Na
Veren



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Eiderança do Governo



JUSTIFICATIVA

As presentes alterações visam tão somente sanear o projeto de lei em tela, o qual possui indiscutível importância e pertinência, conforme bem demonstrado na sua justificativa.

As modificações propostas pelo presente Substitutivo Geral visam não mais efetivar a cobrança da multa pelo trote via fatura telefônica, haja vista este serviço ser de caráter privado e cujo controle foge da alçada do Poder Público. Ademais, a maioria dos trotes tem por origem uma linha pública ou de celular "pré-pago" e em ambos os casos não são emitidas faturas telefônicas. Dessa forma, o substitutivo prevê a cobrança via procedimento administrativo, mais adequado ao caso.

Outra modificação é referente ao valor das multas. Isso se deve ao fato de que na redação original havia previsão da cobrança **dos custos envolvidos no atendimento do trote**. Ocorre que haveria enorme dificuldade em se estimar tais custos, o que comprometeria a efetividade e a eficácia da Lei. Assim, a presente emenda prevê a aplicação de multa em **Unidade Padrão Fiscal do Paraná**, tornando a norma mais clara e precisa, além de facilitar o seu entendimento pela população.

Por fim é importante salientar que todo novo recurso que adentre as finanças do Estado deve ter discriminada sua destinação. Assim, o substitutivo prevê que o valor arrecadado será destinado ao Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP/PR), tendo em vista a natureza do projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 411/11

Projeto de Lei nº 411/11

Autor da emenda: Deputado Ademar Traiano

Súmula: Dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 411/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Rose Litro, tinha como objetivo dispor sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico), sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Ademar Traiano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 fevereiro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado NEREU MOURA

Relator



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 224/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 004/12.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – A DL para providências.

Em, 23/04/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 718/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

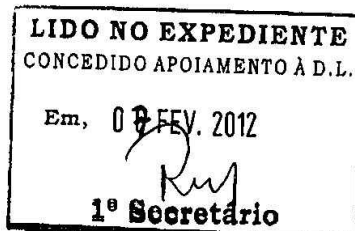
O Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por escopo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará. A inclusão de São José dos Pinhais, onde se encontra localizado o Aeroporto Internacional Afonso Pena, representa, de forma subestimada, cerca de 90% dos abastecimentos com QAV (querosene de aviação) no Estado.

Ainda, de acordo com a Informação IGF/GAB nº 001/2012, exarada pela Secretaria de Estado da Fazenda, se o Projeto de Lei em comento vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV, que atualmente é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma **PERDA MENSAL** estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual.

Diante disso, significa que o Estado terá de abrir mão de R\$ 44.323.200,00 de sua arrecadação anual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.755-8





Ademais, com a ampliação do rol de municípios onde se concede a redução da base de cálculo, acrescentando-se Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana, pela representatividade de São José dos Pinhais, praticamente equivaleria a conceder isenção do ICMS nos abastecimentos do QAV no Estado. Isso colocaria o Paraná em evidência na questão da Guerra Fiscal e certamente outras unidades da federação poderiam intentar ações judiciais contra a legislação paranaense que viria a ser implementada, criando-se ambiente desfavorável de Incerteza jurídica.

Outrossim, nos municípios acrescentados, não há vôos regulares de aviação comercial, exceto no Aeroporto Internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais, onde se concentra o maior volume de operações, com as grandes companhias nacionais e algumas internacionais. Assim, o benefício concedido seria ilógico, irracional e contra os interesses do Paraná, pois não condiciona nenhum tipo de retorno ou de compensação em termos econômicos que pudessem justificar a queda de arrecadação como antes se demonstrou.

Como dito, cerca de 90% dos abastecimentos de QAV no Estado são feitos no Município de São José dos Pinhais. Ainda, a ampliação ora pretendida parece contrariar frontalmente o espírito do Projeto de Lei, que almeja incrementar a aviação regional e incentivar o consumidor paranaense. Ressalte-se que a inclusão de Foz do Iguaçu no rol dos municípios beneficiados pela lei 15.789, de 3/3/2008, que concedeu a redução na base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para aviação, e mesmo após a redução de alíquotas para 12%, com a edição da lei 16.370/99, os preços das passagens aéreas não tiveram redução, especialmente no trecho Curitiba - Foz do Iguaçu, ainda hoje proibitivos à maioria dos consumidores.

Assim, entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente Projeto de Lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso.

Por fim, insta salientar que o Projeto de Lei em comento possui flagrante ilegalidade, pois este não observa as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a qual dispõe sobre as normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com aquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada, tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como de medidas de compensação, o que foi observado no Anteprojeto apresentado.

Desta forma, pode ser verificado que além de obedecer aos requisitos constantes do caput do artigo 14 – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



dois seguintes, a renúncia de receita só poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

a) Se o montante da receita objeto de concessão do benefício fiscal não estiver computado no total das Receitas previstas para o exercício a que se refere (e para os demais onde produzirá efeitos).

b) Mediante a implementação prévia de medidas de compensação (que redundem em acréscimo de receita ao Ente Político: majoração de alíquota, de base de cálculo, ampliação da sujeição passiva, revogação de benefícios fiscais, etc.) AS medidas de compensação serão exigíveis quando o valor decorrente da renúncia (ante a concessão de benefício fiscal) estiver contido no cálculo geral das receitas previstas para o exercício em que for implantado o benefício".¹

Portanto, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é que, no quando da elaboração da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, sejam indicados precisamente quais os fatores considerados na estimativa de receita, as renúncias de receita previstas, e as eventuais medidas de compensação, caso sejam necessárias.

Exige-se, por conseguinte, quando da elaboração das leis orçamentárias, a demonstração clara que, não obstante as renúncias de receitas previstas, será possível atingir o montante de receita estimada na LDO e na LOA, ou alternativamente, que se atingirá tal montante de receita estimada em virtude da adoção de determinadas medidas de compensação.

No caso, não se vislumbra na proposta de lei em foco o atendimento dos requisitos elencados na Lei de responsabilidade fiscal. Não foi indicada qualquer medida compensatória concreta para a renúncia da receita decorrente da isenção pretendida.

Tão patente é a ilegalidade do Projeto de Lei nº 726/2011 que o §2º do art. 14 da Lei Orçamentária nº 101/200 dispõe que *"se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que se trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."*

Ou seja, mesmo que o referido Projeto de Lei fosse sancionado, tornar-se-ia uma Lei inócua, uma vez que a ampliação do benefício de redução de base de cálculo a operações relativas à querosene combustível para aviação em outros municípios paranaenses somente poderia ser implementada, com a própria entrada em vigor da lei, após a adoção pela administração pública de medidas compensatórias da perda de receita.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência
meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 718/11

(Autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli)

Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03/03/2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene e gasolina combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A presente Lei se aplicará às operações com os mencionados produtos nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 224/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Carli, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

\ O projeto de lei nº 718/11, de autoria do Deputado Bernardo Carli que, altera a redação do art. 3º da Lei nº. 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 718/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 004/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 5646 /2011

Curitiba, 28.de.dezembro.de.2011

D. L.
Fls. 02

PROPOSIÇÃO VETO Nº 005/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - A D L para providências.

Em 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 238/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 297/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 297/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo determinar que, no mínimo, 10% das vagas de trabalho das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgados pelo Estado do Paraná, devam ser reservadas ao primeiro emprego.

Em que pese a nobre intenção da parlamentar estadual, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislativo é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.º 11.353.505-9.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07.FEV. 2012

1º Secretário



Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado, qual seja, da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, responsável pelas programas de governo relacionados ao emprego, é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre a matéria suso citada, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.

Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal propositura que, como suso citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência



reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal.
Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO
MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO
CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal
Pleno). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Por fim, insta salientar que no ano de 2011 diversas empresas instalaram-se no Estado do Paraná, gerando emprego e renda para toda a população. A título exemplificativo, a FIEP considerou que neste ano a Indústria Paranaense fechou com um crescimento recorde. Cumpre mencionar que muito disso se deve aos incentivos outorgados pelo Governo do Estado do Paraná.

Desta forma, caso o projeto de lei em comento venha a se tornar uma norma definitiva, muitas empresas que poderiam vir a se instalar no Estado do Paraná podem se sentir coagidas, pois terão de reservar vagas de trabalho para determinado grupo. Sendo assim, têm-se que com a aprovação do projeto de lei em tela, o Estado do Paraná correria o risco de que futuras empresas preterissem o nosso Estado perante outro ente da Federação, deixando de gerar renda e milhares de empregos.

Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é contrário ao interesse público e inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 297/11
(Autoria do Deputado Hermas Junior)

Determina que, no mínimo, 10% das vagas de trabalho das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgados pelo Estado do Paraná, devam ser reservadas ao primeiro emprego.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado que, diretamente ou por meio de consórcios, forem beneficiadas por todo e qualquer incentivo ou isenção fiscal, instituído e outorgado pelo Estado do Paraná, devem reservar vagas de trabalho ao primeiro emprego, na seguinte proporcionalidade:

- I - empresas com 100 a 200 funcionários – 1% (um por cento);
- II - empresas com 201 a 500 funcionários – 2% (dois por cento);
- III - empresas com 501 a 1000 funcionários – 3% (três por cento);
- IV - empresas com mais de 1001 funcionários – 5% (cinco por cento);

Parágrafo único. Compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços, independente da idade, salvo restrição legal.

Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarreta perda do incentivo ou da isenção fiscal.

Art. 3º No ato de efetivação do incentivo ou da isenção fiscal deverão constar as normas para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fis. 06

Projeto de Lei nº 297/11

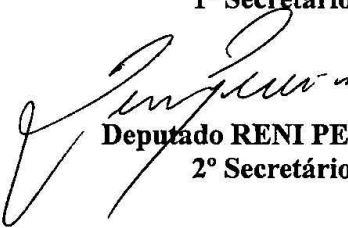
fls.2.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 00 de novembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 005/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 005/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5646/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 297/11, de autoria do Deputado Hermas Junior, que objetiva determinar que 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 297/11, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, determina que 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar inconstitucional e contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 297/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **08 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 005/12, foi exarada e encaminhada junto à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 11

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **28 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR

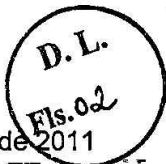


ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 5601/2011

Curitiba, 16 de dezembro de 2011



PROPOSIÇÃO VETO Nº 006/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente, na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, desta Legislatura.

II - À DL para providências

Em, 16/12/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 226/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 161/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 161/11, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Andre Bueno tem por escopo acrescentar o art. 7-A à Lei 16.322/2009, objetivando obrigar as redes farmacêuticas a disponibilizar à população em geral, recipientes, em local visível, para descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há responsabilidade compartilhada pelos geradores de resíduos de medicamentos vencidos (indústrias, distribuidoras, farmácias e drogarias) quanto ao processo de tratamento desses resíduos, ao contrário, privilegia as farmácias e drogarias, isentando-as dos custos desse tratamento e ainda favorece a esses, garantindo-lhes a troca ou ressarcimento dos medicamentos vencidos, a serem feitos pelas indústrias.

Sendo assim, o presente projeto de lei acarreta um impacto econômico negativo, haja vista que impõe-se o ônus da troca ou ressarcimento apenas às distribuidoras e indústrias localizadas no Estado do Paraná, isentando as demais indústrias localizadas fora do Estado, que poderão continuar comercializando os seus produtos no Paraná sem o ônus da troca ou do ressarcimento, e apenas com o custo do tratamento, em função da Lei Federal 12.305/2010, causando, assim, um desestímulo para a continuidade da atividade econômica das distribuidoras e indústrias localizadas em nosso Estado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.334.538-1

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, **03** FEV. 2012

1º Secretário



Ainda, através da informação 020/2011, a Secretária de Saúde, através da Superintendência de Vigilância e Saúde – SVS, se posicionou de forma contrária à sanção do presente projeto de Lei e, pois ficaria a cargo da vigilância sanitária a incumbência de se fazer cumprir a exigência da troca ou do ressarcimento, o que foge de sua alçada de atuação.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

Projeto de Lei nº 161/11

(Autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães Filho e Andre Bueno)

Inclui o artigo 7º-A à redação da Lei nº 16.322, de 18/12/2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 7º-A à redação da Lei nº 16.322, de 18 de dezembro de 2009, nos seguintes termos:

“Art. 7º-A A rede farmacêutica fica obrigada a disponibilizar à população em geral, no âmbito do Estado do Paraná, recipientes, em local visível, para descarte de medicamentos vencidos, estragados ou fora das condições de uso”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 28 de novembro de 2011.

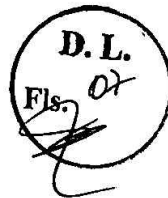

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 006/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 006/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5601/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 161/2011, de autoria do Deputado Plauto Miró e André Bueno, que tem por escopo incluir o artigo 7º à redação da Lei nº. 16.322 de 18 de dezembro de 2009 (Rede Farmacêutica).

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 161/11, de autoria dos Deputados Plauto Miró e André Bueno que, tem por escopo incluir o artigo 7º à redação da Lei nº. 16.322 de 18 de dezembro de 2009 (Rede Farmacêutica), tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 161/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **30 de novembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 006/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **16 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 09

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

12:51 02/02/2012 000026 DE RESOLUÇÃO DO PARANÁ



OF/CTL/CC nº 5602/2011

Curitiba, 16 de dezembro de 2011

Proposição Veto Nº 007/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente, na
1ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa,
desta Legislatura.

II - À DL para providências

Em, 16 de dez
Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 217/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 239/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por escopo dispor sobre a criação de um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o disposto no Artigo 9º.

Inicialmente, não é demais observar não ser de boa técnica legislativa elencar penalidades àqueles que não cumprirem o disposto na Lei e não mencionar qual o órgão governamental que procederá aplicação da multa em caso de descumprimento da Lei. Sendo assim, o disposto no artigo 9º torna-se inócuo.

Ainda, o presente artigo possui um vício de constitucionalidade, uma vez que em seu inciso II, o legislador elencou um Órgão de Segurança Pública, ou seja, um órgão da Administração Pública Estadual para proceder parte da sanção previstas na Lei. Deste modo, o presente inciso é inconstitucional, visto que é de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre a "criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública", conforme leciona o art. 66, IV da Constituição Estadual.

Desta forma, veto o art. 9º do Projeto de Lei 239/2011.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 FEV. 2012

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.11.334.502-0

12:51 02/02/2012 000026 DE RESOLUÇÃO DO PARANÁ



Lei nº. 17015

Data 16 de dezembro de 2011.

Súmula Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Art. 2º Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não-ferrosos, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas de suas operações comerciais mensais.

Art. 3º O Cadastro de Fornecedores deverá conter o nome completo, o endereço, número de documento de identificação (RG, Carteira de Habilitação) e o número de inscrição no CPF/MF, se pessoa física; e, razão social, endereço, número de inscrição no CNPJ/MF, se pessoa jurídica, de todos os fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e, em ambos os casos, a individualização das aquisições com a datação e pesagem em quilogramas de todas as compras efetuadas por fornecedor e este, por tipo de material.

Art. 4º O cadastro a que se refere o artigo 1º, deverá ser mantido em ordem e atualizado e, sempre que solicitado, colocado à disposição dos organismos de fiscalização.

Art. 5º O adquirente de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral exigirá do fornecedor o Termo de Responsabilidade Pessoal.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade Pessoal, assinado pelo fornecedor, declarará, expressamente, a garantia do fornecedor pela procedência dos materiais ofertados, responsabilizando-a civil e penalmente pela venda, como forma de elidir a responsabilidade criminal dos adquirentes, sem prejuízo da reparação por perdas e danos.

Art. 6º As concessionárias ou permissionárias e os órgãos de segurança pública instituirão canais diretos de comunicação, prestando suporte técnico, se necessário, e a devida assistência para a investigação de casos suspeitos.

Art. 7º O Termo de Responsabilidade Pessoal assinado pelo fornecedor e a emissão do respectivo documento fiscal de compra e venda vinculam a origem dos materiais



oferecidos e adquiridos pelas empresas referidas no artigo 2º e terão valor probante de idoneidade do ato negocial.

Parágrafo único. Nas diligências policiais serão, primeiramente, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º Os documentos fiscais emitidos nas operações de compra e venda internas e externas, em favor das empresas referidas no artigo 2º, substituirão o Cadastramento referido no artigo 1º para os efeitos desta Lei.

Art. 9º ...Vetado...

Art. 10. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.647, de 23 de fevereiro de 2005.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 16 de dezembro de 2011.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Reinaldo de Almeida César Sobrinho
Secretário de Estado da Segurança Pública

Ricardo José Magalhães Barros
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Caio Quintana
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 007/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 007/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5602/11

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 239/2011, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 239/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana que, dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada contrária ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 239/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **29 de novembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 007/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **16 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR